



PARTICIPAÇÃO SOCIAL: A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE CHARQUEADAS-RS

Andreia Cabral Colares
Rosângela Dornelles

Introdução

A proposta de criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Charqueadas-RS surgiu durante a realização do Encontro de Familiares promovido pelo IFSul e foi levada à audiência pública realizada no Câmpus Charqueadas. No processo de construção do projeto, o instituto contou com o apoio do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Coepede) e da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (Faders). A partir desse momento, a comunidade entendeu como necessário a construção de um conselho que representasse suas necessidades legalmente.

Objetivos

- Construir uma cidade mais acessível;
- Sensibilizar os gestores municipais em relação à luta pelos direitos das pessoas com deficiência, e assim, possibilitar uma maior inclusão;
- Criar o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Charqueadas-RS.

Métodos

- Diagnóstico da realidade regional das Pessoas com Deficiência;
- Consulta Pública na comunidade;
- Construção do Projeto de Lei que cria o Conselho;
- Aprovação no legislativo do Projeto de Lei;
- Eleição dos Conselheiros.

Resultados

Foi através do 1º Encontro de Familiares de Pessoas com Deficiência, promovido pelo IFSul, que as pessoas compreenderam a necessidade de criar um espaço legítimo que representasse suas lutas. O Coepede já está atuante na construção de uma cidade mais inclusiva, contando com o apoio do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PcD e PcaH no Rio Grande do Sul (Faders).

Conclusões

A utopia hoje está traduzida na luta pelos direitos humanos e ao assumirmos o outro como ser humano, como sujeito autor e protagonista do direito individual e coletivo. A virtude não está em não reproduzir o preconceito e sim na capacidade de vigilância, de entendimento, de reposicionamento. Procura-se ao formular políticas, diretrizes e orientações propor tal concepção de pluralidade, de que a pessoa com deficiência é um sujeito de direitos à educação e que precisamos transpor a barreira do apartheid, da segregação que ainda nos ronda permanentemente. Há uma disputa permanente de espaço, ainda existem setores e segmentos que defendem a coexistência de duas propostas de escola, a tradicional e a inclusiva, dizendo que isto é fruto de uma escolha, de uma democracia.